



ACÓRDÃO Nº387/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº11596/2016.

Apensos: Processo nº 10627/2017, 10629/2017, 14223/2016 e 10628/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria Municipal de Limpeza Pública – SEMULSP.

4- Exercício: 2015.

5- Responsável: Paulo Ricardo Rocha Farias (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: não possui .

7- Unidade Técnica: DICAMM.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1502/2021-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho , Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Limpeza Pública – SEMULSP. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana - SEMULSP, exercício de 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias**, Secretário, à época, nos termos do art. 71, II da CF/88, c/c art. 40, II da Constituição do Estado do Amazonas/1989, arts. 1º, II, “a” e 22, III, “b” e “c” da Lei n.º 2.423/96 e art. 188, §1º, III, “b” e “c” da Resolução n.º 4/02 – TCE/AM, conforme Fundamentação do Relatório/Voto;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias**, no valor total de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias**, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da



ACÓRDÃO Nº387/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”, pelos atos praticados com grave infração às normas legais ou regulamentares de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens 13, 18, 23, 32 “a”, “b”, “c” e “d”, 42, “d”, “e” e “f”, 57 “a” e “b”, tudo conforme a Fundamentação do Relatório/Voto, com fulcro no art. 54, VI da Lei n.º 2423/96, com redação alterada pela LC n.º 204/20, c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/02-TCE/AM, alterada pela Resolução TCE/AM n.º 04/18-TCE/AM.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Considerar em Alcance o Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias**, no valor total de **R\$ 39.429,23** (trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e nove reais e vinte e três centavos), o qual deverá ser recolhido no **prazo de 30 (trinta) dias**, na esfera Municipal para o órgão Secretaria Municipal de Limpeza Pública – SEMULSP, pelas glosas imputadas no valor de **R\$ 569,60** (quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos) no item 18, **R\$ 1.404,62** (um mil, quatrocentos e quatro reais e sessenta e dois centavos) e **R\$ 36.851,32** (trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e um reais e trinta e dois centavos) do item 23 e de **R\$ 603,69** (seiscentos e três reais e sessenta e nove centavos) do item 57 “a”, nos termos do art. 304, I da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, conforme Fundamentação do Relatório/Voto;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM,



ACÓRDÃO Nº387/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Recomendar à Secretaria Municipal de Limpeza Pública – SEMULSP que atenda integralmente à LC n.º 131/09 e à Lei de Acesso à Informação (11.527/11), assim como, ao firmar contratos e aditivos, observe as disposições da lei 8.666/93. Ainda, que atenda à nova lei de licitações (14.133/2021), quando realizar procedimentos por meio dela;

10.5. Dar ciência deste Relatório/Voto e do decisório superveniente ao responsável **Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias**; e

10.6. Arquivar os autos, expirados os prazos legais.

Vencido o Voto-Vista da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos que votou pela regularidade com ressalvas a Prestação de Contas, quitação e determinações.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Março de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral